





## Resenha do artigo intitulado “Segurança pública como responsabilidade de todos: análise à luz da teoria dos deveres fundamentais e das políticas públicas de segurança”<sup>1</sup>

Review of the article entitled “Public security as everyone's responsibility: analysis in the light of the theory of fundamental duties and public security policies”

**Erick Rodolpho Rondelli Monteiro<sup>2</sup>**


 <https://orcid.org/0009-0008-9584-1027>


 <https://lattes.cnpq.br/0311023738732220>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [erickmonteiro155@gmail.com](mailto:erickmonteiro155@gmail.com)

**Guilherme Macedo Bomfim<sup>3</sup>**


 <https://orcid.org/0009-0007-4997-5916>


 <https://lattes.cnpq.br/0393990580855831>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [guimacedo1210@gmail.com](mailto:guimacedo1210@gmail.com)

**Mariana Gonçalves Carvalho<sup>4</sup>**

 <https://orcid.org/0009-0006-5843-1219>

 <https://lattes.cnpq.br/8128712556150191>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [mariana.gcarvalho2002@gmail.com](mailto:mariana.gcarvalho2002@gmail.com)

### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “SEGURANÇA PÚBLICA COMO RESPONSABILIDADE DE TODOS: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DOS DEVERES FUNDAMENTAIS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA”, elaborada por Erick Rodolpho Rondelli Monteiro; Guilherme Macedo Bomfim; Mariana Gonçalves Carvalho. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Paradigma”, no Vol. 31, edição n. 1, jan.-abr., 2022.

**Palavras-chave:** Resenha. Segurança Pública. Direito fundamental. Deveres. Participação popular.

### Abstract

*This is a review of the article entitled “PUBLIC SAFETY AS EVERYONE'S RESPONSIBILITY: ANALYSIS IN THE LIGHT OF THE THEORY OF FUNDAMENTAL DUTIES AND PUBLIC SAFETY POLICIES”. This article is authored by: Erick Rodolpho Rondelli Monteiro; Guilherme Macedo; Mariana Gonçalves Carvalho. The*

<sup>1</sup> Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores *Jonas Rodrigo Gonçalves* e *Danilo da Costa*. A revisão linguística foi realizada pelo Professor *Marivaldo Andrade dos Santos*.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

<sup>3</sup> Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

<sup>4</sup> Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

*article reviewed here was published in the journal "Revista Paradigma", in Vol. 31, issue n. 1, Jan.-Apr., 2022.*

**Keywords:** *Review. Public security. Fundamental right. Duties. Popular participation.*

## **Resenha**

Esta é uma resenha do artigo intitulado "Segurança pública como responsabilidade de todos: análise à luz da teoria dos deveres fundamentais e das políticas públicas de segurança", realizada por Erick Rodolpho Rondelli Monteiro; Guilherme Macedo Bomfim; Mariana Gonçalves Carvalho. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico "Revista Paradigma", no Vol. 31, edição n. 1, jan.-abr., 2022.

A formação ou a experiência de um autor tem uma influência direta na construção e na reflexão do tema discutido, em razão desse fato, convém que se conheça um pouco sobre o currículo de cada um dos autores.

A primeira autora deste artigo é Sonia do Carmo Groberio. Doutora em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória/ES; Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais, FDV- Faculdades de Vitória. Licenciatura plena em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo; Graduação no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais; Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Vila Velha. Especialização em Segurança Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo. Gerenciamento em Segurança Pública com função exercida em Diretoria de Ensino e Instrução; Academia da Polícia Militar; Corregedoria, Comando de Policiamento Ostensivo Metropolitano, área de trânsito Urbano e Rodoviário e Comando de Policiamento Municipal, Vila Velha/ES (Comando de Batalhão). Integrante do Grupo de Pesquisa: Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais, do Programa de Pós-graduação stricto sensu (Mestrado/Doutorado) em direitos e garantias fundamentais da FDV. Advogada OAB/ES 29878. Endereço no lattes: <http://lattes.cnpq.br/7068629984990225>. Endereço no Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3819-6814>.

O segundo autor deste artigo é Adriano Sant'Ana Pedra. Doutor em Direito do Estado (PUC/SP), mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV), mestre em Física Quântica (UFES), especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional de Direitos (Università degli Studi di Pisa), especialista em Economia e Direito do Consumo (Universidad de Castilla-La Mancha), bacharel em Direito (UFES) e bacharel em Física (UFES). Realizou pós-doutorado no Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É Professor do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória - FDV, Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado e Doutorado - em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV (conceito CAPES 5), e um dos líderes do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais deste PPGD. Também é Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública - Mestrado Profissional - da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (conceito CAPES 3). É membro da Associação Internacional de Direito Constitucional - IACL, da Associação Mundial de Justiça Constitucional - AMJC (diretor para o Brasil) e da Rede Campus Mare Nostrum de Especialistas em Direito Público e Constitucional. Procurador Federal. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direitos Fundamentais, Direito Constitucional e Direito Administrativo. Endereço de lattes: <http://lattes.cnpq.br/0637600349096702>. Endereço no Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8174-9122>.

O artigo objeto da presente resenha encontra-se dividido da forma seguinte: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, introdução, 1. Deveres Fundamentais: uma abordagem conceitual, 2. Políticas públicas e participação política: desafios e possibilidades, 2.1 Políticas Públicas de Segurança e Risco na Sociedade Contemporânea, 3. Segurança Pública, responsabilidade de todos: dever fundamental? 3.1 Protagonismo Cidadão e as Políticas Públicas de Segurança: Responsabilidade Compartilhada, considerações finais, referências.

O assunto principal do artigo refere-se à segurança pública como um dever de todos e tem como fundamento o ordenamento jurídico pátrio, embasando-se nas teorias das políticas públicas de segurança, que visam ao estudo da diminuição do perigo para a coletividade e ao desenvolvimento de uma sociedade segura. Discute-se também a segurança pública como um dever fundamental relacional que é construído por meio da solidariedade entre cidadão, Estado e coletividade. Nesse sentido, ressalta-se a relevância da participação popular em relação ao governo.

O tema deste artigo é “Segurança pública como responsabilidade de todos: análise à luz da teoria dos deveres fundamentais e das políticas públicas de segurança”, em que se avalia a problema da segurança pública como responsabilidade de todos, à luz da Constituição Federal (BRASIL, 1988). O artigo partiu da hipótese da participação popular como forma de efetivar a segurança pública.

O objetivo geral do artigo é promover um estudo sobre a importância da responsabilidade de todos na segurança pública, como um dever fundamental. Os objetivos específicos consistem em avaliar a participação popular nas políticas públicas e analisar o dever do cidadão em conjunto com a ação estatal na promoção do direito à segurança.

A pesquisa realizada tem por justificativa a conscientização dos direitos e deveres fundamentais da sociedade em prol da segurança pública, já que as políticas públicas de segurança possuem um papel fundamental na efetivação dos direitos garantidos constitucionalmente.

A metodologia utilizada para a construção do artigo aqui analisado foi o método hipotético-dedutivo, que parte de uma premissa geral para uma premissa específica, por meio do estudo bibliográfico, documental e procedimental metodológico.

Com a ampliação das investigações sobre o conceito de deveres, surgiram diversas informações distintas, demonstrando que, em um Estado Democrático de Direito, cada indivíduo possui direitos e deveres, sendo detentor de liberdades e de obrigações. Além disso, tais obrigações buscam promover a solidariedade, que é a base dos deveres, visando à garantia dos direitos fundamentais. Nesse contexto, como bem analisadas pelos renomados autores, as ações proporcionais e a participação política são imprescindíveis para a execução das responsabilidades por parte dos cidadãos, ligadas diretamente ao exercício da cidadania e da soberania popular.

Os autores afirmam que o campo de estudo da política pública objetiva fazer o governo agir, avaliar as atuais ações e propor mudanças nos projetos em andamento. Um país democrático tem dificuldade de efetivar os direitos por intermédio das políticas públicas, por isso é necessário acompanhar o desenvolvimento de tais ações e assegurar a participação social, pois o Estado isoladamente não é capaz de garantir os direitos fundamentais. O estudo indica que os cidadãos são acomodados e ficam na expectativa de ações estatais, em virtude da apatia para se envolver. Isso provoca uma situação que se torna um desafio para o Estado. A população deveria experimentar um envolvimento na política, a fim de legitimar as decisões importantes

por meio da democracia participativa, tendo em vista que a Carta Magna (BRASIL, 1988) representa um avanço na admissibilidade das formas de participação política.

Com muita sabedoria, os autores enfatizam que em situações de emergência surgem as políticas públicas, como reação e não como prevenção. Assim, a política de segurança pública deve possuir uma proposta para organizar a vida social e, simultaneamente, deve objetivar o interesse público. O artigo considera ainda que há planejamento e execução das políticas públicas, mas falta um acompanhamento eficaz e uma validação dos resultados, o que prejudica sua eficácia.

Destacam os autores também que a sociedade se ofusca em concepções egocêntricas e individualistas, fato que gera uma forte ruína no pilar estatal da solidariedade. A essência do dever fundamental reside na forma como o indivíduo percebe a sua função no coletivo e a sua relação com os outros, e é nesse relacionamento que as pessoas enfrentam os problemas em comunidade. Dessa forma, ao fazer referência às políticas públicas de segurança, surge o protagonismo do cidadão.

Como forma de ilustração, foram mencionados diversos tipos de Conselhos Comunitários que são entidades de direito privado e sem fins lucrativos, criados após a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), com destaque ao setor da segurança pública que desperta menos interesse aos cidadãos. Entretanto, com a falta de celeridade na criação de tais conselhos e ainda com a ausência de apoio às políticas públicas, a dificuldade para enfrentar a violência se ampliou, sendo necessário o desenvolvimento de atividades no setor privado para combatê-la. Logo, foram criados projetos, mencionados pelos autores como "Ação na linha" e "Ser Parte", com o intuito de integrar os cidadãos ao Estado, e incorporar a segurança pública como um dever fundamental e indispensável à coletividade.

Por derradeiro, os autores enfatizam que as pesquisas sobre os deveres fundamentais têm aumentado, todavia os estudos ainda são incipientes. Não deixam de ressaltar que, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro (BRASIL, 1988), o Estado tem como dever implantar a segurança pública e o planejamento das políticas públicas, com o propósito de tutelar o direito sociais e salvaguardar a ordem pública. Por fim, os autores concluem o artigo considerando que os cidadãos brasileiros são responsáveis tanto pela segurança pública quanto pela segurança da coletividade.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 4 set. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 4 set. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 4 set. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 4 set. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 4 set. 2023.

GROBERIO, Sonia do Carmo; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Segurança pública como responsabilidade de todos: análise à luz da teoria dos deveres fundamentais e das políticas públicas de segurança. **Revista Paradigma**, [S. l.], Vol. 31, n. 1, p. 217–239, 2022. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/paradigma/article/view/1963>. Acesso em: 4 set. 2023.